

Os Objectivos do Milénio e o Sector Privado

Francisco Mantero

European Business Council for Africa and the Mediterranean / ELO

Cerca de 1,2 biliões de pessoas vivem com menos de US\$ 1 por dia. Tendo em conta esta realidade, os delegados ao World Economic Forum de Davos de 2005 consideraram que o combate contra a pobreza, passo a citar: “é o primeiro e o mais importante dos problemas globais que tem que ser resolvido no mundo”.

O que pode então fazer o sector privado para combater e reduzir a pobreza? Não será essa uma missão da responsabilidade dos Governos através de financiamentos públicos? Decorreram já 5 anos sobre o compromisso assumido pela Assembleia Geral das Nações Unidas relativamente aos 8 Objectivos do Milénio, cuja finalidade é reduzir a metade o número de pessoas no mundo com rendimentos inferiores a US\$ 1 por dia até ao ano de 2015.

As Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento (2002 em Monterrey e 2004 em Joanesburgo) realçaram a importância crescente do sector privado nos processos de desenvolvimento. O sector privado, como motor da criação de empregos, é suposto reduzir a pobreza, contribuir para os objectivos da sustentabilidade ambiental e reforçar a competitividade dos países em desenvolvimento.

Consequentemente o crescimento do sector privado prepara e contribui para a criação das bases necessárias ao se alcançar os Objectivos do Milénio. A sua importância não deve assim ser subestimada. Quer os investidores locais quer o investimento estrangeiro criam empregos, aumentam os rendimentos das pessoas, fomentam as exportações criando uma dinâmica de riqueza. Por outro lado, os impostos sobre os rendimentos gerados pela criação dessa riqueza possibilitam aos governos dos países menos desenvolvidos obter recursos para implementarem aquilo a que se chama em inglês “pro-poor growth strategies”, como seja o financiamento dos orçamentos da educação e da saúde, combatendo assim a pobreza geral.

Olhando para os fluxos financeiros destinados aos países em desenvolvimento temos que em 2006:

O investimento directo estrangeiro naqueles países está estimado à volta de US\$ 300 biliões;

Sendo que, no mesmo ano de 2006, segundo a OCDE, o montante total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento foi de US\$ 103,9 biliões, ou seja cerca de 1/3 do volume do investimento privado estrangeiro.

De acordo com as estimativas do Banco Mundial, para se alcançarem com sucesso os Objectivos do Milénio serão necessários pelo menos mais US\$ 100 biliões por ano a acrescentar aos actuais recursos destinados aos países em desenvolvimento. Cerca de metade desse volume ou seja US\$ 50 biliões podem ser obtidos através do aumento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Os restantes US\$ 50 biliões são supostos serem financiados pelo sector privado. É assim evidente a importância do sector privado para o desenvolvimento.

Mas esta conclusão não quer dizer que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento seja negligenciável. Pelo contrário. Para se atingir os Objectivos do Milénio, aqueles fundos públicos são imprescindíveis, nomeadamente:

Para financiar projectos que melhorem constantemente a boa governação;

Para financiar infraestruturas públicas;

Para criar climas favoráveis ao investimento privado e ao investimento em geral nos países em desenvolvimento.

Isto inclui:

A redução da burocracia;

A luta contra a corrupção;

A clareza sobre os direitos de propriedade;

A existência e promoção de quadros legais transparentes para actividades do sector privado.

Lembro que o Relatório do Desenvolvimento Mundial de 2005 intitula-se precisamente “Um melhor clima de investimentos para todos” e realça esse objectivo como parte fundamental da redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

Neste sentido e no âmbito das relações entre a União Europeia e os países em desenvolvimento, será fundamental obter-se no futuro uma maior e mais eficaz coordenação entre os Estados membros, a Comissão, o Banco Europeu de Investimento, que gere a Facilidade de Investimento do Acordo de Cotonou, e as European Development Finance Institutions (EDFI) no incentivo e apoio prioritário ao investimento, como motor global que é na criação de riqueza e de emprego.

Agir correcta e qualitativamente para o desenvolvimento dos países pobres é sem dúvida uma das mais importantes demonstrações de coerência e relevância da acção externa europeia no mundo.